



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MJSP - POLÍCIA FEDERAL
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES - CPL/SELOG/SR/PF/AC

LICI. TERMO DE REFERÊNCIA Nº 3889168/2017-CPL/SELOG/SR/PF/AC

Processo nº 08220.007178/2017-55

ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 09/2017 – SR/PF/AC

(Processo Administrativo nº 08220.007178/2017-55)

1. DO OBJETO

1.1. Registro de preços para eventual contratação de empresa especializada na prestação dos serviços continuados de transporte aéreo não regular para os trechos Rio Branco/Santa Rosa do Purus (AC) e Santa Rosa do Purus/Rio Branco (AC), visando atender às necessidades de deslocamento de pessoas relacionadas à Polícia Federal no Estado do Acre, conforme especificações, condições e quantitativos constantes neste Termo.

ITEM	DESCRIÇÃO/ ESPECIF.	UNID. DE MEDIDA	QUANT. TOTAL/ REQU. MÁXIMA	REQU. MÍNIMA	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1.	Contratação de serviços de transporte aéreo de pessoas. Trecho 1 - Rio Branco/Santa Rosa do Purus (AC) Trecho 2 - Santa Rosa do Purus/Rio Branco (AC)	Passagem - Pessoa por trecho	75	16	R\$ 492,50	R\$ 36.937,50

1.2. O faturamento será conforme a efetiva prestação dos serviços (Passagem - Pessoa por trecho).

2. JUSTIFICATIVA

2.1. Contratação de empresa especializada para a prestação de serviços de transporte aéreo de pessoas nos trechos rio Branco/Santa Rosa do Purus/Rio Branco, não contemplados via compra direta e por impossibilidade do Sistema de Controle de Passagens e Diárias - SCDP, justifica-se em razão da atividade finalística da Superintendência Regional de Polícia Federal no Acre que exige constantes deslocamentos de servidores para esta localidade.

2.2. Em Santa Rosa do Purus/AC, cidade situada na fronteira com o Peru e sem acesso terrestre, a Polícia Federal mantém um Posto permanente o qual está inserido no âmbito da operação Sentinela, tal qual o Posto de Assis Brasil e de Plácido de Castro.

2.3. Nos postos da Operação Sentinela, no qual se inclui o de Santa Rosa, são realizadas, principalmente, atividades visando reprimir os crimes transfronteiriços, além de outras atividades administrativas de atribuição da PF, como serviço de imigração, registros de arma de fogo, dentre outros.

2.4. Em tais postos os policiais permanecem em missão, as quais podem variar, mas normalmente são de 30 dias, 60 dias, podendo chegar a 90 dias. Normalmente permanecem 02 policiais federais no posto.

2.5. Eventualmente, podem ocorrer missões extraordinárias na região, como operações policiais, havendo necessidade de deslocamento de mais policiais para o município, por um período mais curto.

2.6. Em análise do ano de 2016, constatou-se foram expedidas 30 ordens de missão policial para Santa Rosa, com deslocamento de 37 policiais;

2.7. Com a existência do Posto em Santa Rosa do Purus que funciona com troca de policia em missão, no entanto sem previsibilidade de tempo, e como as investigações policiais desenvolvidas neste órgão são por muitas vezes, de caráter urgente e imprevisível, como apreensões e prisões, a utilização deste serviço se torna eventual.

2.8. Assim entende-se como procedimento licitatório mais adequado ao presente caso o Pregão Eletrônico, via de Sistema de Registro de Preços, do tipo Menor Preço por Item, enquadrando-se no art. 3º, do Decreto 7.892 de 2013, incisos I - quando, pelas características do bem ou serviço, houver necessidade de contratações frequentes e IV - quando, pela natureza do objeto, não for possível definir previamente o quantitativo a ser demandado pela Administração.

2.9. A prestação do serviço será contínua sem mão de obra exclusiva por se tratar de serviços de natureza meramente de instrumental, mas que são necessários para que os servidores da Polícia Federal possam realizar suas atividades-fim e dar cumprimento à missão institucional da PF, sem interrupções, o que certamente comprometeria a continuidade de suas atividades, portanto, necessária se faz a contratação dos serviços de forma continuada, passíveis de prorrogação por mais de um exercício financeiro.

3. CLASSIFICAÇÃO DO SERVIÇO

3.1. O serviço a ser contratado enquadra-se na classificação de serviços comuns, nos termos da Lei nº 10.520, de 2002, do Decreto nº 3.555, de 2000, e do Decreto 5.450, de 2005.

3.2. Os serviços a serem contratados enquadram-se nos pressupostos do Decreto nº 2.271, de 1997, constituindo-se em atividades materiais acessórias, instrumentais ou complementares à área de competência legal do órgão licitante, não inerentes às categorias funcionais abrangidas por seu respectivo plano de cargos.

3.3. A prestação dos serviços não gera vínculo empregatício entre os empregados da Contratada e a Administração, vedando-se qualquer relação entre estes que caracterize pessoalidade e subordinação direta.

4. FORMA DE PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS

4.1. Das especificações técnicas da aeronave

- 4.1.1. Aeronave executiva a pistão, monomotor (mínimo), de pequeno porte, em perfeitas condições de uso, homologada e licenciada pelos órgãos aeronáuticos competentes na categoria de transporte aéreo de passageiros (Transporte Público Não Regular -TPX).
- 4.1.2. Capacidade mínima de transporte de 04 (quatro) passageiros.
- 4.1.3. Capacidade de carga de malas e equipamentos de no mínimo 100kg.

4.2. Da tripulação

- 4.2.1. O tripulante responsável pelo comando da aeronave deverá portar, obrigatoriamente, licença de piloto comercial, obedecido aos padrões determinados pela ANAC.

4.3. Dos procedimentos

- 4.3.1. A prestação do serviço terá como ponto de partida e destino as cidades de Rio Branco e Santa Rosa do Purus, podendo o trajeto se iniciar tanto em uma quanto em outra.
- 4.3.2. Caso a contratada possua datas e horários pré-determinados para realização de voos nos trechos requisitados, a mesma deverá possuir opções de no **mínimo 03 (três) vezes por semana para cada trecho**, informando mensalmente por via formal (por escrito ou E-mail), ou em caso de mudança, as datas e horários trabalhados pela empresa.
- 4.3.3. As requisições deverão ser realizadas pela SR/PF/AC, formalizada por servidor especialmente designado para tal, com antecedência mínima de 24 horas. Caso a antecedência seja menor que a estipulada anteriormente, a autorização fica à cargo da empresa, de acordo com a disponibilidade.
- 4.3.4. A contratada deve confirmar por escrito ou via E-mail para a SR/PF/AC, em até 12 (doze) horas após o recebimento da Solicitação de Execução de Serviços, o prefixo da aeronave a ser utilizada, o percurso, o horário programado, o local da decolagem e nome do tripulante responsável pelo comando da aeronave.
- 4.3.5. Atender, pontualmente, aos horários e prazos de voo, de acordo com a ordem de serviço emitida, obedecidas as normas da ANAC e as limitações das aeronaves.
- 4.3.6. Apresentar para os voos somente aeronaves legalizadas em perfeitas e adequadas condições de voo, fornecendo combustíveis, lubrificantes e todos os demais elementos necessários para realização do voo, bem como realizar todas as inspeções, revisões necessárias à operação e manutenção das mesmas.
- 4.3.7. Apresentar Relatório Resumo de voo em até 03 (três) dias úteis após o regresso da aeronave, contendo os trechos voados para conferência da Fiscalização da SR/PF/AC e posterior inclusão no processo de Medição.
- 4.3.8. Observar todos os procedimentos de voo, obedecendo rigorosamente o Código Brasileiro de Aeronáutica (Lei n. 7.565, de 19 de dezembro de 1986), as recomendações de segurança da Agência Nacional de Aviação Civil – ANAC e demais regulamentações aplicáveis ao caso.
- 4.3.9. Manter atualizados os seguros previstos a legislação pertinente, devendo comprová-los, sempre que solicitado pela SR/PF/AC.
- 4.4. A prestação dos serviços não gera vínculo empregatício entre os empregados da contratada e a administração, vedando-se qualquer relação entre estes que caracterize personalidade e subordinação direta.

5. INFORMAÇÕES RELEVANTES PARA O DIMENSIONAMENTO DA PROPOSTA

- 5.1. O trecho para prestação do serviço oriundo da contratação em tela será Rio Branco/Santa Rosa ou Santa Rosa do Purus/Rio Branco (Acre).
 - 5.1.1. Caso a contratada possua datas e horários pré-determinados para realização de voos nos trechos requisitados, a mesma deverá possuir opções de no **mínimo 03 (três) vezes por semana para cada trecho**, informando mensalmente, ou em caso de mudança, as datas e horários trabalhados pela empresa.
- 5.2. O pessoal a ser transportados trata-se de servidores do Departamento de Polícia Federal ou alguém com missão específica que tenha relação com o Departamento.
- 5.3. A contratada deverá dispor de equipe para recepcionar as solicitações de voos em atendimento presencial no escritório da CONTRATADA na cidade de Rio Branco, ou via correio eletrônico e indicar o nome de pelo menos 01 (um) funcionário (com o número de telefone para contato DDD (068), responsável pelo atendimento das demandas ocorridas dentro ou fora do horário comercial (plantão);
- 5.4. As requisições deverão ser realizadas pela SR/PF/AC, formalizada por servidor da Administração, especialmente designado para tal, com antecedência mínima de 24 horas.
- 5.5. Para a execução dos serviços, a Contratada deverá possuir equipamentos, instrumentos e pessoal adequadamente treinado (nos quadros laborais da própria Empresa).
- 5.6. A Contratante reserva-se o direito de realizar diligências, para fins de verificação e/ou comprovação da capacidade técnico operacional da empresa licitante, caso julgue necessário.

6. EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS E SEU RECEBIMENTO

- 6.1. A execução dos serviços será iniciada após no prazo de até 05 (cinco) dias após o recebimento da nota de empenho/contrato, mediante ordem de serviço emitida mediante requisição da SR/PF/AC, formalizada por servidor especialmente designado para tal, na forma que segue:
- 6.2. Os serviços serão recebidos provisoriamente no prazo de até 05 (cinco) dias pelo (a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta.
- 6.3. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser corrigidos/refeitos/substituídos no prazo fixado pelo fiscal do contrato, às custas da Contratada, sem prejuízo da aplicação de penalidades.
- 6.4. Os serviços serão recebidos definitivamente no prazo de 2 (dois) dias, contados do recebimento provisório, após a verificação da qualidade e quantidade do serviço executado e materiais empregados, com a consequente aceitação mediante termo circunstanciado.
- 6.5. Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.
- 6.6. O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da Contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato.

7. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

- 7.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela Contratada, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta;
- 7.2. Exercer o acompanhamento e a fiscalização dos serviços, por servidor especialmente designado, anotando em registro próprio as falhas detectadas, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos empregados eventualmente envolvidos, e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis;
- 7.3. Notificar a Contratada por escrito da ocorrência de eventuais imperfeições no curso da execução dos serviços, fixando prazo para a sua correção;
- 7.4. Não permitir que os empregados da Contratada realizem horas extras, exceto em caso de comprovada necessidade de serviço, formalmente justificada

pela autoridade do órgão para o qual o trabalho seja prestado e desde que observado o limite da legislação trabalhista;

7.5. Pagar à Contratada o valor resultante da prestação do serviço, no prazo e condições estabelecidas no Edital e seus anexos;

7.6. Efetuar as retenções tributárias devidas sobre o valor da Nota Fiscal/Fatura fornecida pela contratada, em conformidade com o art. 36, §8º da IN SLTI/MPOG N. 02/2008.

7.7. Administração realizará pesquisa de preços periodicamente, em prazo não superior a 180 (cento e oitenta) dias, a fim de verificar a vantajosidade dos preços registrados em Ata.

8. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

8.1. Executar os serviços conforme especificações deste Termo de Referência e de sua proposta, com a alocação dos empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas contratuais, além de fornecer os materiais e equipamentos, ferramentas e utensílios necessários;

8.2. Reparar, corrigir, remover ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços efetuados em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

8.3. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com os artigos 14 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990), ficando a Contratante autorizada a descontar da garantia, caso exigida no edital, ou dos pagamentos devidos à Contratada, o valor correspondente aos danos sofridos;

8.4. Utilizar empregados habilitados e com conhecimentos básicos dos serviços a serem executados, em conformidade com as normas e determinações em vigor;

8.5. Apresentar os empregados devidamente uniformizados e identificados por meio de crachá, além de provê-los com os Equipamentos de Proteção Individual - EPI, quando for o caso;

8.6. Apresentar à Contratante, quando for o caso, a relação nominal dos empregados que adentrarão o órgão para a execução do serviço;

8.7. Responsabilizar-se por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas na legislação específica, cuja inadimplência não transfere responsabilidade à Contratante;

8.8. Atender as solicitações da Contratante quanto à substituição dos empregados alocados, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, nos casos em que ficar constatado descumprimento das obrigações relativas à execução do serviço, conforme descrito neste Termo de Referência;

8.9. Instruir seus empregados quanto à necessidade de acatar as normas internas da Administração;

8.10. Instruir seus empregados a respeito das atividades a serem desempenhadas, alertando-os a não executar atividades não abrangidas pelo contrato, devendo a Contratada relatar à Contratante toda e qualquer ocorrência neste sentido, a fim de evitar desvio de função;

8.11. Relatar à Contratante toda e qualquer irregularidade verificada no decorrer da prestação dos serviços;

8.12. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos; nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;

8.13. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

8.14. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

8.15. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento ao objeto da licitação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados nos incisos do § 1º do art. 57 da Lei nº 8.666, de 1993.

9. DA SUBCONTRATAÇÃO

9.1. Não será admitida subcontratação do objeto licitado

10. ALTERAÇÃO SUBJETIVA

10.1. É admissível a fusão, cisão ou incorporação da contratada com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original; sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.

11. CONTROLE E FISCALIZAÇÃO

11.1. O acompanhamento e a fiscalização da execução do contrato consistem na verificação da conformidade da prestação dos serviços e da alocação dos recursos necessários, de forma a assegurar o perfeito cumprimento do ajuste, devendo ser exercidos por um ou mais representantes da Contratante, especialmente designados, na forma dos arts. 67 e 73 da Lei nº 8.666, de 1993, e do art. 6º do Decreto nº 2.271, de 1997.

11.2. O representante da Contratante deverá ter a experiência necessária para o acompanhamento e controle da execução dos serviços e do contrato.

11.3. A verificação da adequação da prestação do serviço deverá ser realizada com base nos critérios previstos neste Termo de Referência.

11.4. A execução dos contratos deverá ser acompanhada e fiscalizada por meio de instrumentos de controle, que compreendam a mensuração dos aspectos mencionados no art. 34 da Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 02, de 2008, quando for o caso.

11.5. O fiscal ou gestor do contrato, ao verificar que houve subdimensionamento da produtividade pactuada, sem perda da qualidade na execução do serviço, deverá comunicar à autoridade responsável para que esta promova a adequação contratual à produtividade efetivamente realizada, respeitando-se os limites de alteração dos valores contratuais previstos no § 1º do artigo 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

11.6. A conformidade do material a ser utilizado na execução dos serviços deverá ser verificada juntamente com o documento da Contratada que contenha a relação detalhada dos mesmos, informando as respectivas quantidades e especificações técnicas, tais como: marca, qualidade e forma de uso.

11.7. O representante da Contratante deverá promover o registro das ocorrências verificadas, adotando as providências necessárias ao fiel cumprimento das cláusulas contratuais, conforme o disposto nos §§ 1º e 2º do art. 67 da Lei nº 8.666, de 1993.

11.8. O descumprimento total ou parcial das demais obrigações e responsabilidades assumidas pela Contratada ensejará a aplicação de sanções administrativas, previstas neste Termo de Referência e na legislação vigente, podendo culminar em rescisão contratual, conforme disposto nos artigos 77 e 80 da Lei nº 8.666, de 1993.

11.9. As disposições previstas nesta cláusula não excluem o disposto no Anexo IV (Guia de Fiscalização dos Contratos de Terceirização) da Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 02, de 2008, aplicável no que for pertinente à contratação.

11.10. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Contratante ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993.

12. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

12.1. Comete infração administrativa nos termos da Lei nº 8.666, de 1993 e da Lei nº 10.520, de 2002, a Contratada que:

- 12.1.1. Inexecutar total ou parcialmente qualquer das obrigações assumidas em decorrência da contratação;
- 12.1.2. Ensejar o retardamento da execução do objeto;
- 12.1.3. Fraudar na execução do contrato;
- 12.1.4. Comportar-se de modo inidôneo;
- 12.1.5. Cometer fraude fiscal;
- 12.1.6. Não manter a proposta.

12.2. A Contratada que cometer qualquer das infrações discriminadas nos subitens acima ficará sujeita, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

- 12.2.1. Advertência por faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretem prejuízos significativos para a Contratante;
- 12.2.2. Multa moratória de 0,07 % por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30 (trinta) dias;
- 12.2.3. Multa compensatória de até 10% sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto;
- 12.2.4. Em caso de inexecução parcial, a multa compensatória, no mesmo percentual do subitem acima, será aplicada de forma proporcional à obrigação inadimplida;
- 12.2.5. Suspensão de licitar e impedimento de contratar com o órgão, entidade ou unidade administrativa pela qual a Administração Pública opera e atua concretamente, pelo prazo de até dois anos;
- 12.2.6. Impedimento de licitar e contratar com a União com o consequente descredenciamento no SICAF pelo prazo de até cinco anos;
- 12.2.7. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Contratante pelos prejuízos causados;

12.3. Também ficam sujeitas às penalidades do art. 87, III e IV da Lei nº 8.666, de 1993, a Contratada que:

- 12.3.1. Tenha sofrido condenação definitiva por praticar, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;
- 12.3.2. Tenha praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;
- 12.3.3. Demonstre não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.

12.4. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à Contratada, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente a Lei nº 9.784, de 1999.

12.5. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Contratante, observado o princípio da proporcionalidade.

12.6. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

Rio Branco/AC, 05 de Setembro de 2017.

LUCILO JORGE FILHO
Agente de Polícia Federal
Coordenador da Operação Sentinela/AC

DESPACHO:

De Acordo, encaminha-se ao Superintendente Regional para fins de aprovação.

MICHELLY SANTOS DE SÁ
Agente Administrativo
Chefe do SELOG/SR/PF/AC

DESPACHO:

Com fundamento legal no inciso II, do art. 9º do Decreto 5.450/05 e art. 14 da IN/MPOG Nº 02, de 30 de abril de 2008, considerando a necessidade de transporte aéreo de pessoas do Departamento de Polícia Federal em trecho não contemplado pelo sistema Compras Diretas, **APROVO** o Termo de Referência, bem como **AUTORIZO** a realização da licitação para a contratação em tela, com observância aos dispositivos da Lei 10.520/02, Lei 8.666/93 e suas alterações e demais legislações correlatas.

CHANG FAN
Delegado de Polícia Federal
Superintendente Regional SR/PF/AC



Documento assinado eletronicamente por **DANIEL MOSTARDEIRO COLA**, **Delegado(a) de Polícia Federal**, em 05/09/2017, às 12:38, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **MICHELLY SANTOS DE SA**, **Gestor Financeiro**, em 05/09/2017, às 12:39, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **LUCILO JORGE FILHO**, **Agente de Polícia Federal**, em 05/09/2017, às 12:50, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.dpf.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **3889168** e o código CRC **C288E5FE**.